



A. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL

PASSOS INICIAIS PARA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO



1		A PETIÇÃO INICIAL CONTÉM ALEGAÇÕES QUE POSSAM CARACTERIZAR ASSÉDIO ELEITORAL?	→ Se sim, identificar expressamente essa circunstância e aplicar as diretrizes deste Protocolo, ainda que a parte não utilize essa qualificação jurídica.
2		ENCAMINHAR CÓPIA DA PETIÇÃO INICIAL AOS ÓRGÃOS COMPETENTES	→ Verificar se as comunicações foram feitas de forma automatizada e com envio da documentação e, em caso negativo, enviar os ofícios.
3		HÁ PEDIDOS CUMULADOS ALÉM DO ASSÉDIO ELEITORAL?	→ Se sim, avaliar o desmembramento da ação.
4		ESTÃO PRESENTES REQUISITOS LEGAIS PARA A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA?	→ Se não, preservar a regra da publicidade dos atos processuais. → Se parcialmente, privilegiar a opção de restringir o segredo de justiça apenas na extensão necessária à proteção do bem jurídico tutelado, fundamentando expressamente a decisão.
5		HÁ PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA OU ELEMENTOS QUE RECOMENDEM SUA CONCESSÃO DE OFÍCIO?	→ Se sim, apreciar imediatamente a tutela provisória.
6		EXISTE RISCO DE PERECIMENTO DA PROVA?	→ Se sim, determinar imediatamente as medidas necessárias para sua preservação.



Atuar com rapidez e atenção desde o recebimento da petição inicial é essencial para proteger a liberdade do trabalhador e garantir a efetividade da tutela.



B. Atuação do MPT

- MPT respondeu, manifestando intenção de atuação no processo individual?

→ Se sim, cadastrá-lo como *custos legis* ou adotar a providência processual cabível.



C. Organização do processo

- O cadastramento omitiu pedido envolvendo assédio eleitoral, nos termos da Res. CSJT n.º 355/2023 ?

→ Se sim (omissão), promover imediatamente a retificação do cadastramento.

- O processo foi *incorretamente* cadastrado como caso de assédio eleitoral, nos termos da Res. CSJT n.º 355/2023?

→ Se sim (falso positivo), promover a correta qualificação.

- A matéria controvertida foi adequadamente delimitada na inicial?

→ Se não, proceder ao saneamento especificando as questões relacionadas ao assédio eleitoral.

- O processo deve tramitar com prioridade?

→ Se sim, registrar a prioridade e adotar medidas para assegurar maior celeridade.



ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

CHECKLIST PARA CORRETA CONDUÇÃO



1	 CORREÇÃO DO CADASTRAMENTO	O cadastramento omitiu pedido envolvendo assédio eleitoral, nos termos da Res. CSJT 355/2023?	SIM →  Promover imediatamente a retificação do cadastramento. NÃO Manter o cadastramento.
2	 IDENTIFICAÇÃO DE FALSO POSITIVO	O processo foi incorretamente cadastrado como caso de assédio eleitoral, nos termos da Res. CSJT 355/2023?	SIM →  Promover a correta qualificação do processo. NÃO Manter a qualificação atual.
3	 DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA	A matéria controvertida foi adequadamente delimitada na inicial?	NÃO →  Proceder ao saneamento, especificando as questões relacionadas ao assédio eleitoral. SIM Manter a delimitação.
4	 TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA	O processo deve tramitar com prioridade?	SIM →  Registrar a prioridade e adotar medidas para assegurar maior celeridade. NÃO Tramitar em regime comum.



A correta organização do processo garante precisão das informações, efetividade das medidas e proteção adequada da liberdade do trabalhador.

D. Produção da prova

- A instrução contempla a produção das provas necessárias?
 - Se não, determinar a complementação da instrução.
- Existem provas digitais relevantes?
 - Se sim, determinar sua preservação, exibição ou perícia, quando necessária.
- Há prova emprestada útil?
 - Se sim, avaliar sua utilização, assegurado o contraditório.
- Há necessidade de preservação de registros eletrônicos?
 - Se sim, determinar imediatamente sua conservação.

 PRODUÇÃO DA PROVA CHECKLIST PARA INSTRUÇÃO ADEQUADA 			
1	 INSTRUÇÃO COMPLETA	A instrução contempla a produção das provas necessárias?	SIM → Manter a instrução. NÃO →  Determinar a complementação da instrução.
2	 PROVAS DIGITAIS	Existem provas digitais relevantes?	SIM →  Determinar sua preservação, exibição ou perícia, quando necessária. NÃO → Registrar a inexistência.
3	 PROVA EMPRESTADA	Há prova emprestada útil?	SIM →  Avaliar sua utilização, assegurado o contraditório. NÃO → Registrar a inexistência.
4	 PRESERVAÇÃO DE REGISTROS ELETRÔNICOS	Há necessidade de preservação de registros eletrônicos?	SIM →  Determinar imediatamente sua conservação. NÃO → Não sendo necessário, registrar a decisão.
 A adequada produção e preservação das provas é essencial para a verdade dos fatos e para a efetividade da tutela jurisdicional.			

E. Cooperação judiciária e interinstitucional

- O caso recomenda compartilhamento de provas ou informações?
 - Se sim, adotar os mecanismos de cooperação previstos no ordenamento jurídico.
- Há necessidade de atos concertados com outro órgão jurisdicional?
 - Se sim, promover sua celebração, especialmente com a Justiça Eleitoral, buscando os juízes de cooperação e o Núcleo de Cooperação Judiciária.



F. Audiência e instrução

- As testemunhas podem sofrer represálias?

→ Se sim, adotar providências para assegurar a liberdade e a espontaneidade dos depoimentos.

- Há condições de identificar a pessoa assediadora?

→ Se sim, buscar meios de prova que permitam a identificação.

- Há indícios de ocorrência de outros ilícitos relacionados ao assédio eleitoral, como crimes?

→ Se sim, avaliar ampliar o objeto da instrução e registrar.

- A prova foi apreciada de forma contextualizada?

→ Se não, complementar a instrução antes do julgamento.

- Foram considerados os aspectos organizacionais da conduta?

→ Se não, avaliar eventual complementação probatória.